

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: COMPREENDENDO OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DOS SURDOS

LITERACY AND LITERACY: UNDERSTANDING THE LEARNING PROCESSES OF THE DEAF PEOPLE

Gabriela de Oliveira Cardoso Silva¹
Gilvanna Bezerra de Farias Nunes²
Judy Souza dos Santos³
Vera Lúcia dos Santos Filgueiras⁴
Bruna Germana Nunes Mota⁵

RESUMO

A pesquisa traz como discussão as dificuldades dos surdos frente à alfabetização e ao letramento. Abordamos fatores essenciais para o pleno desenvolvimento do aluno surdo. O objetivo da pesquisa é compreender as dificuldades das crianças surdas no processo de alfabetização. O problema da pesquisa está relacionado às dificuldades das crianças surdas no processo de alfabetização e letramento. A pesquisa justifica-se pelo interesse na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua essencialidade na educação de surdos. A metodologia da pesquisa consiste na abordagem qualitativa, estudo de caso com pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas, dessa forma foi possível comprovar e estudar os fenômenos de aprendizagem da instituição de ensino aos surdos. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com a professora e a coordenadora da instituição. Concluímos que as crianças surdas têm dificuldades de ingressar em uma escola regular por falta de profissionais capacitados, por esse motivo é necessário, por parte do poder público, disponibilizar cursos de capacitação para os profissionais da área da educação, assim dando oportunidade dos alunos se matricularem em outras escolas.

Palavras-Chave: Alfabetização e letramento. Surdez. Educação.

ABSTRACT

The research brings as a discussion the difficulties of the deaf, facing literacy and literacy, we approach essential factors for the full development of the deaf student. The objective of the research seeks to understand the difficulties of deaf children in the literacy process. The

¹ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: gabriela10202125@gmail.com

² Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: gilvanna.farias@gmail.com

³ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: judysouza_js@hotmail.com

⁴ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: veraluciafilg@gmail.com

⁵ Professora do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: bruna.mota@uniateneu.edu.br

research problem is related to the difficulties of deaf children in the literacy and literacy process. The research is justified by the interest in the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and its essentiality in the education of the deaf. The research methodology consists of a qualitative approach, a case study with field research, in this way it was possible to prove and study the learning phenomena of the educational institution for the deaf. Deaf children find it difficult to enter a standard school due to the lack of trained professionals, for this reason it is necessary for the government to provide training courses for professionals in the field of education and thus giving students the opportunity to enroll in other schools.

Key words: *Literacy and literacy; Deafness; Education.*

INTRODUÇÃO

A pesquisa propõe discorrer sobre as perspectivas da educação inclusiva voltada para crianças surdas no processo de alfabetização. O intuito é destacar a importância da temática proposta e esclarecermos os desafios e problemas encontrados durante a atuação e o que deve ser feito para que sejam melhores os resultados no processo de alfabetização desses alunos.

Historicamente, o sujeito surdo sofre com o estigma da deficiência e da incapacidade, pois foi rotulado em consequência dos conceitos e apresentações construídas acerca da surdez. Hoje, vivemos em uma sociedade bem mais informada, na qual sabemos a importância de saber o código linguístico com a finalidade do acesso ao lazer, cultura e desenvolvimento. A partir do bilinguismo esperamos que o sujeito com surdez tenha uma comunicação na sua língua materna (LIBRAS) e na língua oficial do Brasil.

Mesmo que a comunidade surda venha lutando e conseguindo vencer muitas batalhas, tais como: falta de acesso à informação, falta de inclusão na sociedade, dificuldades dos surdos na área da saúde, entre outras, por conta da dificuldade de comunicação, ainda há muito a ser conquistado e tem-se que saber o verdadeiro significado da inclusão social, o que a comunidade surda busca de verdade, e o que precisa transformar para que se aprenda a favorecer a todas as pessoas, dessa forma fica clara a transformação.

O conhecimento na área da educação especial e inclusiva nos submergiu no curso de LIBRAS, assim, no decorrer do curso, sentimos a necessidade de compreender o processo de alfabetização e letramento de crianças surdas, despertando-nos o desejo de pesquisar a temática e nos fez buscar o desenvolvimento das habilidades e competências relacionadas à aprendizagem de crianças surdas.

O bilinguismo defende o uso de duas línguas na educação dos surdos, a LIBRAS como sua língua materna, e a escrita como a segunda. O direito dos alunos surdos a uma educação que contemple as duas línguas está assegurado pelo decreto lei N° 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Nas escolas podem existir barreiras que dificultam o ensino bilíngue, como o fato de muitas crianças ainda chegarem à idade escolar, sem conhecer a língua portuguesa ou a Libras, parcialmente isso, elas utilizam outras formas de se comunicar com a família, comumente dialetos próprios e criados entre os membros familiares.

Diante dessas perspectivas surgiu o questionamento: Quais as dificuldades das crianças surdas no processo de alfabetização e letramento?

As crianças surdas têm dificuldades de ingressar em uma escola padrão por falta de profissionais capacitados, por esse motivo é necessário por parte do poder público disponibilizar cursos de capacitação para os profissionais da área da educação e assim dando oportunidade dos alunos se matriculem em outras escolas.

O objetivo geral da pesquisa é compreender as dificuldades das crianças surdas no processo de alfabetização. Os objetivos específicos são: averiguar as práticas docentes relacionadas à educação dos alunos surdos; verificar as habilidades necessárias para a aquisição da alfabetização e escrita dos alunos surdos; analisar materiais didático-pedagógico que facilitem os processos de alfabetização.

Partindo da perspectiva da educação inclusiva é necessário que todos os alunos, com deficiência ou não, tenham acesso e oportunidades igualitárias de acesso à escola com a possibilidade desenvolvimento intelectual, psicológico, emocional, cultural e social.

2. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos os alunos. Ela relaciona a igualdade para todos, como oportunidades iguais e a valorização dos direitos humanos, visando as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Já a educação especial é voltada para alunos com deficiências físicas, auditivas, visuais, intelectuais e

mentais, transtornos do desenvolvimento e entre outras. A diferença entre as duas é que a educação inclusiva vai envolver alunos com ou sem deficiência.

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCN's 2008) não contemplem medidas que levem para a sala de aula a língua portuguesa como segunda língua dos surdos, pode-se levar essa prática pedagógica sem negligenciar os outros aspectos de maior importância na aprendizagem, o texto escrito ainda é o maior meio de comunicação entre surdos e ouvintes, apresentar propostas metodológicas para o ensino de textos em português para os surdos requer uma preparação, pois os textos não podem ser apresentados de forma expositiva.

Conforme os Marcos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e a Constituição Federal de 1988, artigo 205, "O direito à educação é para todas as pessoas". A lei é específica quanto à obrigatoriedade em acolher alunos com necessidades especiais, contudo, não é suficiente para ocorrer o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Plano Nacional de Educação (PNE) é um plano de metas criado pela lei nº 13.005, sancionada em 25 de junho de 2014, que estabelece vinte metas para garantir acesso à educação de qualidade no Brasil até 2024.

Esse documento tem como meta 4 (quatro) a inclusão, que é fornecer a educação e atendimento educacional especializado (AEE) a crianças e jovens com algum tipo de deficiência.

Como expressa no documento, a meta 4 (quatro) aponta: universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes da Educação 9.394/96 (LDB), consta no artigo 4º, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que apresenta como obrigatoriedade a inclusão na escola como direito fundamental de todos, não há possibilidades e ambientes para discutir a não aceitação destes educandos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". (BRASIL, 2001, p.46).

A educação é um direito subjetivo do indivíduo, o processo de socialização do indivíduo favorece e potencializa habilidades e competências que agregam valores sociais e culturais durante toda a vida. A educação especial consiste em uma modalidade de educação, na prática, a educação especial é um importante instrumento para reduzir desigualdades e barreiras que atrapalham o desenvolvimento educacional e social de pessoas com alguma deficiência ou alta habilidade.

2.2 Alfabetização e seus conceitos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil. A BNCC define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever.

A alfabetização é compreendida como, “restritamente, a aprendizagem do sistema alfabético e das convenções para seu uso, a aprendizagem do ler e do escrever”. (SOARES, 2017, pag.140)

O período de alfabetização é extremamente significativo e decisivo para a vida escolar dos alunos, sendo necessário um olhar sensibilizador na qual aprender a língua escrita não seja um ato mecânico de reproduções. Segundo o autor: “Ensinam-se as crianças a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita. Enfatiza-se de tal forma a mecânica de ler o que está escrito que se acaba obscurecendo a linguagem escrita como tal.” (VIGOTSKY, 2007, p. 125).

Ao se pensar no processo de alfabetização e letramento para os surdos, deve-se levar em conta a superação dessas proposições. A educação inclusiva se dá através da interação, da socialização e da própria construção do conhecimento, não se deve confundir a língua e sua função social; precisamos repensar e ressignificar nossas experiências pedagógicas. Como professoras, percebemos a importância de refletir sobre a aquisição da língua portuguesa escrita para os alunos surdos, pois percebemos grande número de surdos integrados em escolas comuns e sem uma metodologia que atente para as condições da pessoa surda.

Vale ressaltar que, a primeira língua não é definida pelo momento em que ocorre a aquisição, mas, principalmente, por uma questão de identificação com o grupo social como forma de expressar e entender sentimentos, bem como tem o papel fundamental no desenvolvimento do pensamento, possibilitando a produção de operações mentais complexas, aproximando-se assim, na viabilização da “construção social da mente”.

Para chegarmos ao pensamento, para nos tornarmos nós mesmos, temos que passar pelo processo dialógico, é nela que a criança desenvolve seus próprios conceitos e significações, alcança a sua própria identidade e constrói o seu mundo.

Segundo Perez (1992), a alfabetização e a aprendizagem se relacionam aos sons com letras para codificar ou decodificar, transformando sons em letras e letras em sons, assim transferir a fala em escrita, realizando o processo de ler e escrever, mas também construir seu vocabulário, interação, de utilizar esse método para se comunicar e expressar.

O processo que, ao contrário do que hegemonicamente se acredita, não se inicia na escola. Peres afirma que:

A alfabetização é um processo que, ainda que se inicie formalmente na escola, começa, de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce e, apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida a fora. Este processo continua apesar da escola, fora da escola, paralelamente à escola. A criança vai construindo conhecimentos sobre o mundo em que vive. Nesse processo de construção está inserida a escrita, como um objeto cultural socialmente construído. (PEREZ, 1992, p. 66).

A alfabetização inicia-se muito antes que imaginamos, e não é um momento estanque que ocorre em um determinado período da vida escolar do educando, ela é um processo que acontece antes, durante e depois da vida escolar.

O domínio desse processo vai além da habilidade de saber ler e escrever e do sistema de escrita; envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos, como aprender a segurar um lápis, aprender que se escreve de cima para baixo e da esquerda para a direita, como também de conseguir interpretar e compreender.

Na educação dos surdos, o ensino da língua de sinais é inicialmente a sustentação para o ensino da língua portuguesa, que acontece no dia a dia passam a ter o domínio de sua língua materna.

2.3 O que é letramento?

Letramento corresponde ao desenvolvimento de habilidades e do uso da leitura e da escrita nas práticas sociais e culturais, dando sentido e significado, auxiliando no processo de compreensão, identificação, interpretação no cotidiano. Permitindo utilizar a leitura e a escrita para ter conhecimento para que possa favorecer nas relações comunicacionais, solucionar problemas na sua vida social, compreender o mundo.

A alfabetização e o letramento têm processos próprios, específicos e distintos na aprendizagem da leitura e da escrita. Devem atuar ao mesmo tempo, pois a criança se alfabetiza num contexto de letramento, e a criança se letra ao mesmo tempo se alfabetizando.

Inquestionavelmente somos concebidos com a compreensão de mundo ao realizarmos leituras da sociedade, ao buscar interpretar no contexto que estamos inseridos. E a linguagem escrita faz parte desse mundo. Freire (1989) exemplifica essa ideia dizendo que:

Na verdade, tanto o alfabetizador quanto o alfabetizando, ao pegarem, por exemplo, um objeto como faço agora, com o que tenho entre os dedos, sentem o objeto, percebem o objeto sentindo e são capazes de expressar verbalmente o objeto sentido e percebido. Como eu, o analfabeto é capaz de sentir a caneta, de perceber a caneta e de dizer: caneta. Eu, porém, sou capaz de não apenas sentir a caneta, de perceber a caneta, de dizer caneta, mas também de escrever caneta e, conseqüentemente, de ler caneta. (FREIRE, 1989, p. 13)

Podemos interpretar que a leitura de mundo a qual Freire (1989) se refere possa estar relacionada ao conceito de letramento. Mas ao trabalhar esses dois processos ao mesmo tempo, é necessário respeitar as especificações de cada um. Quando a criança passa a registrar suas ideias através de textos escritos, os professores têm a possibilidade de explorar o máximo dessas descobertas, para que eles criem e recriem maneiras de ajudá-los a interagir com seus colegas de sala, pais e amigos, pessoas que tenham um contato bem próximo a essa criança.

Na impossibilidade de determinar que a palavra alfabetização passe a significar não só a aprendizagem do sistema alfabético, mas também a aprendizagem dos usos sociais e culturais desse sistema, é que a “invenção da palavra letramento se tornou necessária”. (SOARES, 2017, pag.140).

Conforme a autora a palavra letramento se fez necessária por ser uma

aprendizagem mais ampla e que surgiu para atender uma nova realidade social, que vai além da habilidade de ler e escrever.

O processo mais consciente da aquisição da leitura são as descobertas feitas no decorrer do tempo, a metalinguística ⁶ para o aluno surdo, falar com outras pessoas através de sua própria língua, tem uma representação social e cultural, que se transformam em elementos importantes no processo educacional, então, a importância de aprender a língua de sinais e a língua portuguesa, usando as descobertas de cada aluno.

No Brasil, a LIBRAS torna-se oficial como sendo a língua própria dos surdos com a Lei nº 10.436, de 4 de abril de 2002. Discorre no parágrafo único que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguísticos de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

É possível compreender que, antes de apropriar-se da Língua Portuguesa, o aluno surdo precisa dominar sua língua materna, a Libras, pois isso dará subsídios para aquisição de uma segunda língua, o português escrito. O ensino deve acontecer de forma contextualizada, pois permitir ao surdo à significação da prática da leitura deve fazer parte das propostas de ensino.

Para a alfabetização e letramento de surdos, é imprescindível a aquisição da escrita, através dela o aluno surdo compreende a linguagem escrita. A Língua de Sinais possui uma estrutura específica, gramática própria e não pode ser usada com base na língua portuguesa, devido à estrutura diferenciada.

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. (BRASIL, 2001, p.11).

Nesta perspectiva, entende-se que a educação bilíngue é indispensável no processo de inclusão escolar do aluno surdo no ensino regular, é importante ter esse olhar

⁶ De acordo com o dicionário online de português, metalinguístico é relativo à metalinguagem, ao tipo de linguagem que descreve a própria ou outras linguagens.

para educação de pessoas surdas para incluí-las no contexto educacional compreendendo-as como sujeitos ativos e protagonistas do processo de aprendizagem, não retirando a função importante da intervenção médica e pedagógica.

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito. (QUADROS, 1997, p. 27).

Proporcionar a relação com outras crianças, possibilitando a interação social e a aprendizagem pelas relações com os outros através da relação com o social e a importância da escrita para a inclusão social e a compreensão do mundo são algumas das proposições básicas, que precisam nortear a prática de alfabetização e letramento em classes com alunos surdos incluídos. O autor problematizava essas questões em uma pesquisa sobre a linguagem escrita de alunos surdos, ressaltando outras análises realizadas constatou a dificuldade dos alunos surdos na produção escrita, na compreensão da língua portuguesa e seu uso social:

Análises de práticas correntes no trabalho pedagógico com o aluno surdo indicam que sua história escolar tende a ser constituída por experiências bastante restritas, que configuram condições de produção de conhecimento pouco propícias ao domínio da língua portuguesa (escrita). Em geral, as aprendizagens são pobres e envolvem escasso uso funcional da linguagem escrita. (GÓES, 1996, p. 05).

Em atividades em que crianças formam palavras e frases, é pertinente que sejam interessantes dentro do contexto escolar e que façam parte de seu cotidiano. A escrita parte da imagem, o sinal em libras, o alfabeto manual e em seguida a escrita em língua portuguesa. Utilizando-se o alfabeto manual, utilizando a configuração de mão que corresponde a forma adotada pela mão, tem-se como resultado a posição dos dedos. Cada configuração pode ser feita pela mão dominante (mão direita para os destros, mão esquerda para os canhotos), ou pelas duas mãos dependendo do sinal. Essa maneira de apresentação pode ser sinalizada para o grande grupo em forma de apresentação, associando sinal/palavra, escrita/Libras, de forma interativa e lúdica.

2.4 A educação dos surdos no Brasil e o contexto histórico

No Brasil a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império (1855), com a chegada do educador francês Hernest Huet. A ideia de trazê-lo foi do imperador D. Pedro II, que contou com a ajuda de Hernest Huet para trabalhar com crianças surdas com uma bolsa auxílio que era oferecida pelo governo brasileiro.

Desde sua aprovação, em 1880, as escolas, em todos os países europeus e nos Estados Unidos, mudaram para a utilização terapêutica do discurso sem língua gestual como método de educação para os surdos.

No Brasil, a história da educação de surdos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, hoje atual Instituto Nacional de Educação de surdos - INES, fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor francês E. Huet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. No início, os surdos eram educados por linguagem escrita articulada e falada, datilologia e sinais.

O educador francês teve um papel muito importante no avanço dessas crianças, deixando várias contribuições, como a criação do 1º instituto de surdo mudo, situada no Rio de Janeiro, mas uma de suas mais importantes contribuições foi a fundação do instituto nacional de surdos (INES), em 26 de setembro de 1857, data essa em que comemoramos o dia nacional dos surdos.

Foi através de Hernest Huet que a LIBRAS se difundiu e se desenvolveu no Brasil. Durante muitos anos, o INES foi a única escola para surdos, e mesmo com o auxílio de Huet, os surdos enfrentaram muitas dificuldades. Em 1880, foi determinada a imposição do oralismo (oralismo é um método de ensino para surdos, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral, ou falada) como metodologia a ser seguida na educação dos surdos.

As narrativas sobre esse período, encontradas nessa produção, ora são descritas somente como o triunfo do oralismo e a proibição da Língua de Sinais, ora são descritas como distanciadas dos sentidos da educação geral dos anos cinquenta no Brasil (ROCHA, 2010, p. 15).

Com a educação, os surdos crescem e conquistam espaço no cenário educacional brasileiro, vários surdos se mobilizaram e lutaram por seus direitos sociais e educacionais, e nos anos de 1923 a 1929, surgiu a associação brasileira de surdos, uma das suas principais exigências era que todos eles tivessem o direito de serem ensinados através da língua de

sinais. Foi nesse período que esses movimentos em defesa aos surdos, ganharam mais adeptos e mais força, de fato durante o período da ditadura militar, essa comunidade reivindicou melhorias de vida.

Em 1990, foi fundada a Federação Nacional e Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS) representados por pais de surdos. Esta iniciativa dividiu um pouco o grupo de trabalho, mas a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FNEIS) considerou que o trabalho entre surdos e ouvintes, pais e amigos, elevaria o patamar da educação de surdos.

Mesmo com todas as conquistas obtidas pelos surdos, no século XIX o Brasil não possuía uma política educacional que legitimasse a educação para surdos.

A metodologia de ensino utilizada foi desenvolvida pelo francês Charles Michel uma das figuras mais destacadas da história para as pessoas surdas. Embora ele não tivesse deficiência auditiva, é considerado um membro ilustre dessa comunidade por ter contribuído decisivamente para o acesso dos surdos à educação pública e gratuita através do uso da língua de sinais. Foi responsável pela formação de professores surdos, mas a sua permanência no Brasil não foi suficiente para que esses professores pudessem se desenvolver.

No Brasil a ideia de educação de surdos é voltada ao bilinguismo. A Libras é considerada a língua natural do surdo brasileiro e seus usuários são capazes de expressar tudo que uma língua oral conseguiria.

A história dos surdos não se limita a fundação da escola e do instituto, foi a iniciativa particular e religiosa que marcou o início do atendimento educacional dos surdos em 1933. Somente a partir de 1950 que surgem as iniciativas da rede municipal, a rede estadual de ensino manifestou-se em 1957, criando classes especiais para o atendimento de alunos surdos em escola regular. Todas as instituições brasileiras que trabalhavam com a educação dos surdos tinham por metodologia, o oralismo. (CARVALHO, 2010, p.26)

A meta das escolas era desenvolver um trabalho na fase do ensino fundamental e depois encaminhar esses alunos para as escolas regulares, a fim de entregá-los; o objetivo era de fazer com que houvesse um “treino da fala” pelos estudantes surdos.

Diversas foram as críticas a comunicação dos surdos no Brasil, Na década de 80, várias foram as discussões sobre o bilinguismo, só a partir de 1994 que se passa a utilizar a LIBRAS, que foi criada pela própria comunidade surda, para designar Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCUB). Atualmente essas diferentes abordagens, como: o

oralismo, a comunicação total e bilinguismo, ainda causam discussões entre professores de educação para surdos.

Considerando que a audição é essencial para a aquisição da linguagem falada, sua deficiência influi no relacionamento da mãe com o filho e cria lacunas nos processos psicológicos de integração de experiências, afetando o equilíbrio e a capacidade normal de desenvolvimento da pessoa.

Quanto ao inciso IV, esse faz referência à educação especial e à inserção do sujeito com necessidades educacionais especiais. Vejamos ainda o que diz o artigo seguinte da mesma lei: Art.60 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo Único: O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

O Poder Público delibera e caracteriza que outras instituições de ensino, particulares ou mesmo filantrópicas, podem oferecer à comunidade serviços de educação especial, independente de qual seja a deficiência de seu alunado, além do apoio técnico e financeiro.

Apesar de deliberar e indicar as escolas especiais, preferencialmente regulamentadas, como meio para educação dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, a inclusão desses educandos deve ser feita no ensino regular.

2.5 Deficiência auditiva

São vários os motivos pelos quais as pessoas desenvolvem problemas auditivos ao longo da vida, por causa de acidentes ou doenças. Existem dois tipos principais de problemas auditivos. O primeiro afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas condutivas também denominadas de transmissão, normalmente tratáveis e curáveis. O outro tipo envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo.

A deficiência auditiva pode ser classificada como deficiência de transmissão, quando o problema se localiza no ouvido externo ou médio (nesse caso, o prognóstico

costuma ser excelente); mista, quando o problema se localiza no ouvido médio e interno, e sensorial neural (neurossensorial), quando se origina no ouvido interno e no nervo auditivo. Infelizmente, esse tipo de surdez em geral é irreversível. Segundo Giuseppe (1997), “Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons” (GIUSEPPE, 1997, p.31), sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva pelo menos uma em cada mil crianças nasce profundamente surda.

Ainda segundo o autor, a surdez condutiva faz perder o volume sonoro: é como tentar entender alguém que fala muito baixo ou está muito longe. A surdez neurossensorial corta o volume sonoro e também distorce os sons. Essa interpretação descoordenada de sons é uma sintonia típica de doenças do ouvido interno. Consistindo a surdez na perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, verifica-se a existência de vários tipos de graus de deficiência auditiva.

O grau e o tipo da perda de audição, assim como a idade em que esta ocorre, vão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento que o aluno irá receber. De acordo com a classificação conforme Davis e Silverman, 1970, (p. 253 – 79) Caracteriza-se por graus de severidade da deficiência auditiva, considere o quadro abaixo:

Quadro 1. Graus de severidade da deficiência auditiva

Audição Normal	Limiares entre 0 a 24 dB nível de audição;
Deficiência Auditiva Leve	Limiares entre 25 a 40 dB nível de audição;
Deficiência Auditiva Moderada	Limiares entre 41 e 70 dB nível de audição
Deficiência Auditiva Severa	Limiares entre 71 e 90 dB nível de audição
Deficiência Auditiva Profunda	Limiares acima de 90 dB

Fonte: Criado pelas autoras conforme a classificação de Davis e Silverman, 1970.

Deficiente auditivo leve é o que apresenta perda auditiva que até quarenta decibéis. Essa perda impede que o aluno perceba igualmente todos os fonemas da palavra. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse aluno é considerado como desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Deficiente auditivo moderado – aluno que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessário uma voz de certa intensidade

para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse aluno tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Deficiente auditivo severo – aluno que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área educacional, a criança poderá chegar a adquirir linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações. Deficiente auditivo profundo – aluno que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral (MEC, 1997, p. 53-54).

As terminologias ainda são utilizadas erroneamente. Quando falamos o termo “surdo”, é comum ouvir a expressão "Surdo-Mudo", e durante muito tempo esse termo foi utilizado. Porém, o que poucos sabem é que esta é uma ideia equivocada, e que necessita de esclarecimentos pois atualmente esse termo não é mais utilizado. Pessoa muda é aquela que não faz uso do seu aparelho fonador, que tem problema nos órgãos e estruturas que produzem os sons da fala. O ponto é que a “mudez” não está relacionada com a "surdez". São minoria os surdos que também são mudos. No entanto, o princípio da língua materna é uma língua adquirida naturalmente pelos indivíduos em seu contexto familiar. Imersa no ambiente linguístico, qualquer criança ouvinte chega à escola falando sua língua materna, cabendo à escola a sistematização do conhecimento. Como a maioria das crianças surdas não têm imersão linguística idêntica a dos ouvintes em suas famílias, a escola passa a assumir a função também de oferecer-lhe condições para aquisição da língua de sinais e para o aprendizado da língua portuguesa.

As alternativas de atendimento para os alunos com surdez estão intimamente relacionadas às condições individuais do educando e às escolhas da família. O grau e o tipo da perda auditiva, a época em que ocorreu a surdez e a idade em que começou a sua educação são fatores que irão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento a ser desenvolvido com o aluno, e em relação aos resultados.

Quanto maior for a perda auditiva, maior será o tempo em que o aluno precisará receber atendimento especializado para o aprendizado da língua portuguesa oral. Tal perda, no entanto, não traz nenhum problema linguísticos para o desenvolvimento e aquisição da

língua brasileira de sinais LIBRAS. (GESSER, 2009, p. 12), “A língua de sinais dos surdos é natural, pois evoluiu como parte de um grupo cultural do povo surdo” (LACERDA, 1971, p.7).

Feitosa, Intérprete de libras em atuação na educação infantil; considera que a aquisição da linguagem é um processo evolutivo no qual as crianças constroem hipóteses e fazem reorganizações discursivas, no caso dos alunos surdos o contato com essa língua/linguagem dependerá da presença de usuários de libras sua língua de acesso à linguagem e em muitos contextos educacionais fundamentalmente da presença do intérprete de libras para mediar às relações dialógicas entre interlocutores de línguas diferentes.

A aquisição da linguagem é um processo que evolui com as construções e hipóteses das crianças, e reorganização dos seus pensamentos para se expressar, no caso de crianças surdas é indispensável à presença de um intérprete de libras, para intermediar o contato entre as línguas diferentes, o português e a libras (língua brasileira de sinais).

2.7 Língua Brasileira de Sinais - Libras

Libras é a sigla da Língua Brasileira de Sinais, uma língua de modalidade espaço-visual, na qual é possível se comunicar através de sinais, expressões faciais e corporais. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão desde 24 de abril, de 2002, através da Lei nº 10.436.

A aquisição da língua de sinais, desde os primeiros anos de vida, possibilita competências comunicativas fundamentais. Através dela, surdos podem se organizar e expor pensamentos, usar a criatividade com todos os tipos de linguagem (poesia, metáforas, piadas, entre outros).

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços ligados a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais. (MANTOAN, 2006, p.16).

A prática inclusiva do surdo no ensino regular só terá êxito se acontecerem mudanças na adequação e organização do trabalho pedagógico com envolvimento de todos, e,

principalmente, a escola oferecendo a seus pares o conhecimento em LIBRAS. Desse modo o aluno, além de ter garantido seus direitos, poderá desenvolver sua aprendizagem significativa.

A noção de que o surdo deve a todo custo, tentar aprender a modalidade oral da língua para poder se aproximar o máximo possível do padrão de normalidade e rejeitado por essa filosofia. Diante de seus estudos (SILVA, 2008, p. 400), afirma. “Logo maiores são as possibilidades do desenvolvimento da linguagem dos sujeitos surdos”. Segundo o autor esse processo de inclusão tem início na educação infantil, onde começa a formação do cognitivo da criança, nessa etapa o lúdico, as diversas formas de comunicação, estímulos usados em sala de aula, ajudam no aspecto físico, cognitivo, psicomotores e principalmente ajuda na convivência com outras crianças.

Isto não significa que a aprendizagem da língua oral na seja importante para os surdos, ao contrário, este aprendizado é bastante desejado, mas não é percebido como “único objetivo educacional do surdo nem como a possibilidade de minimizar as diferenças causadas pela surdez” (GOLDFELD, 2002, p. 39).

De acordo com o pensamento do autor sempre será muito benéfico às crianças com necessidades especiais estarem entre as outras crianças, principalmente no âmbito familiar, no aconchego dos amigos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é o que rege todas as ações no âmbito escolar, orientando assim sobre as competências e responsabilidades, no art.58, entende-se por educação especial, para fins legais, a modalidade de educação escolar oferecida de preferência, na rede regular de ensino, para as pessoas com necessidades especiais. E o que diferencia a língua de sinais das demais línguas é a percepção viso-espacial, na qual, para ela ser compreendida, depende da habilidade das mãos e da percepção visual para execução dos movimentos com precisão. É através deles que será feita a comunicação entre ouvintes e surdos. De acordo com essa autora LIBRAS

é uma língua de modalidade visual espacial que diferentemente das línguas orais auditivas, utilizam-se da visão para sua apropriação e de elementos corporais e faciais e organizados em movimentos no espaço para constituir unidades de sentido as palavras ou, como se referem os surdos, os sinais. Os sinais podem representar qualquer dado da realidade social, não se reduzindo a um simples sistema de gestos naturais, ou mímicas como pensa a maioria das pessoas. Aliás, esse é o principal mito em relação á língua de sinais, pois por utilizar as mãos e o corpo na comunicação, costuma-se compará-la à linguagem gestual, contextual e restrita a referentes concretos, palpáveis, transparentes que tem seu significado facilmente apreendido porque os observa. (FERNANDES, 2011, p.82).

Para que haja realmente uma comunicação clara, é preciso que os sinais sejam realizados de maneira adequada, representado pelo movimento da mão e a expressão facial que retrata, dando sentido a palavra exposta. É necessário para realização do sinal, a configuração, a forma, a locação, o movimento, orientação e direcionamento da mão e demais expressões faciais e corporais que o sinal exige. No caso dos surdos, temos que respeitar suas diferenças, pois existe sua própria cultura, que deve ser trabalhada nas escolas, assim, o processo de aprendizagem seja realmente favorável a esses alunos.

É possível aceitar o conceito de cultura surda por meio de uma leitura multicultural, em sua própria historicidade, em seus próprios processos e produções, pois a Cultura Surda não é uma imagem velada de uma hipótese Cultura Ouvinte, não é seu revés, nem uma cultura patológica. (SKLIAR, 2005, p. 28).

Em suma, caracterizar a cultura surda como multicultural é o primeiro passo para admitir que a comunidade surda partilhe com a comunidade ouvinte do espaço físico e geográfico, da alimentação e do vestuário, entre outros hábitos e costumes, mas se sustenta em seu cerne aspectos peculiares, além de tecnologia particular desconhecida ou ausente do mundo ouvinte cotidiana.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se classifica como qualitativa, estudo de caso e pesquisa de campo, quanto à natureza dos dados, pois busca-se compreender a realidade pela ótica dos sujeitos, no caso, os professores e alunos. De natureza qualitativa, com apoio de pesquisa bibliográfica será realizada visita em campo.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. Sobre pesquisa documental, o autor supracitado afirma que “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas [...] se recomenda que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização. (GIL, 2010, p.29-31)

O autor retrata que o tipo de pesquisa será realizado pesquisa de natureza qualitativa, com apoio de pesquisa bibliográfica e será realizada visita em campo.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, devido à flexibilidade deste tipo de pesquisa na verificação das subjetividades e por atender de maneira mais eficiente aos objetivos propostos, na metodologia de abordagem qualitativa, o pesquisador é o principal instrumento na investigação, pois irá interpretar a realidade no contexto em que ele está inserido.

O estudo abarca os conceitos teórico-metodológicos das narrativas autobiográficas, conforme o autor (Abrahão, 2006, p.102), ao entendê-las em seu tríplice aspecto: como “fenômeno, como método de investigação e, ainda, como processo de auto formação e de intervenção”. Entende-se que, através dessa abordagem, produzimos conhecimentos sobre nós mesmos, sobre os outros e sobre o cotidiano, uma vez que apresentamos as nossas vivências, trazendo-as a luz de teorias e discussões no sentido de encontrar melhores respostas aos problemas levantados.

Pesquisa qualitativa propõe uma relação entre os sujeitos e o mundo real. Faz a interpretação dos fenômenos, atribuindo-lhes significados. O ambiente é a fonte de dados e o pesquisador é um ponto chave nesta modalidade de pesquisa. Conforme o pensamento dos autores:

Pesquisa qualitativa é bastante prática em descreve a complexidade de determinado problema, em que muitas vezes é preciso classificar os processos vividos pelos grupos, contribuir no processo de mudança, quando há a intenção de intervenção, possibilitando a compreensão das diferentes particularidades dos indivíduos. (Libório, Terra, 2015 p. 09).

O método qualitativo, não necessita de análises com caráter quantitativo. Caracteriza a pesquisa qualitativa como aquela que “não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.” (SILVA, 2005, p.20).

A pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”. (Richardson, 2008, p.79)

O procedimento utilizado para analisarmos como relevante, a investigação a partir das experiências vivenciadas pelas entrevistadas, enquanto profissionais que contribuem na

formação de professores para atuar na educação de surdos, é questões de ordem institucional, curricular, metodológica e que podem ou não interferir nos saberes docentes e nas práticas pedagógicas dos professores que trabalham com alunos surdos, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros artigo. “Bibliográfica faz uso de livros, revistas, periódicos, entre outros materiais na busca de fontes primárias, secundárias e terciárias para a fundamentação do projeto” (LIBÓRIO, TERRA, 2015, p. 09).

Pesquisa de campo possibilita ao pesquisador a visita *in lócus* com o objetivo de buscar resposta ou solução para o problema.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los. (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 17)

3.1 Local da Pesquisa

A pesquisa será realizada em um Núcleo de apoio municipal aos Municípios com Necessidades Especiais, a instituição delega como função a possibilidade das pessoas com deficiência que tenham acesso aos direitos sociais, entre quais estudar, trabalhar e ter uma vida social independente. A escolha da instituição se deu devido os trabalhos realizados com os surdos e pela abertura em receber alunos no lócus.

A instituição funciona como uma escola; possui Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), funciona como educação de jovens e adultos (EJA) anos iniciais a partir dos 16 anos com pessoas com deficiência, os alunos fazem atividades do currículo escolar da

BNCC e atividade física. A escola oferece atendimento educacional especializado nas modalidades: Educação especial infantil (Creche), Ed. Especial: infantil (Pré-escola), Ed. Especial – Fundamental e Ed. Especial – EJA (Fundamental). Atendendo 200 crianças, adolescentes e adultos, no período manhã e tarde. Os sujeitos da pesquisa são professor e coordenadora da escola nas turmas de Atendimento Educacional Especializado e de Estimulação precoce, a missão da escola é criar condições para que essas pessoas se desenvolvam e conquistem a autonomia.

O lócus da pesquisa foi no NAMME Núcleo de apoio e assistência a pessoa com deficiência, localizada em Eusébio-CE, na Av. Eusébio de Queiroz nº 6344, Bairro Pires Façanha. O núcleo foi fundado em 2007, portanto está em funcionamento há quinze anos. O estabelecimento desenvolve trabalhos com jovens e adultos com deficiências, estimulando-os através das atividades de vida diária no processo de autonomia socioeducacional. As atividades estão concentradas a proposta pedagógico-curricular do ensino fundamental dos anos iniciais e anos finais.

A instituição funciona como uma escola no sistema EITI (educação integral em tempo integral) nos anos iniciais a partir dos dezesseis anos, atendendo alunos surdos e com TDAH, Dislexia, TEA, e outros transtornos específicos da aprendizagem, os alunos realizam atividades do currículo escolar e atividade física.

O NAMME tem duzentos alunos, vinte e dois são surdos, atendidos no período manhã e tarde, trinta e cinco professores, coordenadora, Diretora e Profissionais como psicóloga, Fisioterapeuta, Terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, educador físico e assistente social, Os professores são ouvintes, a estrutura possui doze salas de aula, incluindo três salas para atendimento AEE, salas de oficinas, quadra de esporte e dormitório.

Em virtude do objetivo da pesquisa, o professor de Libras e a coordenadora foram entrevistados e observados, com finalidade de conhecer sua prática docente e os meios utilizados para desenvolver o trabalho de alfabetização e letramento dos alunos surdos.

3.2 Participantes

Sobre os participantes da pesquisa, entrevistamos um gestor e professor. As entrevistas são compostas por seis perguntas com a finalidade de levantar dados a respeito da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas feitas ao gestor e ao professor, tiveram como combinação perguntas abertas, dando aos entrevistados possibilidade de falar sobre o tema

pesquisado sem fugas do assunto.

Coordenação e professor da escola especializada em educação especial de alunos surdos, a nossa intenção é estabelecer como participantes, coordenador e professores da instituição, para que eles possam participar da pesquisa, para assim melhor entendermos o processo de alfabetização.

4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Realizamos primeiramente a entrevista com o professor de Libras, no qual perguntamos a sobre formação e o tempo de atuação na educação de surdos: “Sou professor de Libras, mestrando em educação inclusiva e saúde coletiva, graduado em Letras-Libras e graduado em Educação física, especialista em psicomotricidade infantil, especialista em TEA, e AEE. Com Libras trabalho desde 2012”.

O professor domina a língua, demonstra satisfação pelo que faz, atuação na área a dez anos, além de professor, é intérprete de libras (profissional responsável por traduzir ou transmitir, transformar o português para libras entre pessoas com surdez e ouvintes por meio da língua brasileira de sinais e a oral corrente, ou seja, o português), na sua localidade atua nessa função (intérprete de libras) ao qual o mesmo é muito requisitado em eventos para traduzir as falas do português para a libras, o mesmo também ressalta a importância de poder ajudar os professores para que consigam trabalhar com crianças surdas. “Formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepara-los para outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando” (ALMEIDA,2007,p.336).

A pergunta seguinte nos possibilitou conhecer as práticas de alfabetização dos alunos surdos e quais as maiores dificuldades, a esse respeito o educador disse:

“A nossa preocupação inicial é alfabetizar na língua materna libras que é possibilitar a comunicação, cada um tem uma intervenção diferente, exemplo: eles criam um vício linguístico que é a sinalização caseira onde eles criam juntos com os familiares que não dominam a libras aquelas mímicas de comunicação, então quando eles chegam na escola eles querem utilizar a mesma comunicação, até eles entenderem que um movimento de mão significa uma palavra, isso demanda um tempo de associar a imagem a um movimento, normalmente eles se comunicam como nós, quando não conseguimos falar fazendo mimica, fazendo gestos, depois que eles entendem esse processo, tudo se deslança, tudo é mais rápido, como é a língua deles tem um poder de aprendizagem bem mais rápido. Trazendo para

o português, só inicia depois que eles são alfabetizados em libras e tem o domínio da comunicação, isso se gera mais no ensino médio, todo o ensino infantil fundamental I e II se detém mais na libras, na comunicação, depois do ensino médio, que se começa a trabalhar mais na alfabetização do português, observa-se também que a escrita deles é como memória fotográfica, eles não tem essa junção de palavras que formam sílabas, que tem aquela fonética, por isso quando vão escrever tem muitos erros de ortografia e português, mas isso é relevante, porque eles não tem obrigação nenhuma de deter conhecimento de português a não ser da língua deles”.

Para o professor, é necessário alfabetizar o aluno em sua língua materna, a Libras com isso dando uma melhor qualidade de vida a esses alunos, possibilitando assim a inclusão na sociedade. Na entrevista, o professor informa que a maioria dos alunos já chega à instituição alfabetizados com a língua materna (Libras) e que cada um tem um nível, relatou também que o seu objetivo é alfabetizá-los em libras, mas eles já vêm com um vício linguístico de casa, a sinalização caseira como ele mesmo menciona que criam com os pais (mímica) que não dominam e quando chegam querem utilizar somente depois entendem o processo. Cada aluno precisa de uma intervenção diferente, e depois que o aluno é alfabetizado em libras, começa o processo de alfabetização para o português.

[...] a situação em que se encontra possui características especiais: o português é para eles uma segunda língua, pois a língua e sinais é a sua primeira língua, só que o processo não é de aquisição natural por meio da construção de diálogos espontâneos, mas o de aprendizagem formal na escola. O modo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa será, então, o português por escrito, ou seja, a compreensão e produção escritas, considerando-se os efeitos das modalidades e o acesso a elas pelos surdos (BRASIL, 2004, p. 115).

Perguntamos para o professor sobre a opinião dele em relação a importância de profissionais intérpretes no ensino regular a esse respeito o educador disse:

“Bom, a grande dificuldade até nos dias de hoje, é a dificuldade de ter profissionais habilitados nessa área, a grande maioria hoje é alfabetizador de crianças surdas, são pedagogos com habilitação em libras que tem conhecimento ou cursos que dominam, porém eles têm que ter um domínio muito grande ou considerável na parte da libras, porque, como é que vou transmitir conhecimento, porque existe um plano pedagógico uma demanda para ser repassada, se eu não tenho um domínio. Então, eu sou aquele elo, ter um curso de libras não te dá aquela habilidade de ministrar aquela disciplina para aquele aluno específico, porque o conhecimento é vasto, a intervenção do intérprete é fundamental, porque por mais que o pedagogo ou o tradutor trabalhe diretamente com aquela criança ele nunca vai ter o domínio total daquela linguística quanto o intérprete tem, então o intérprete é meio que um tradutor. Mas o intérprete ele não tem as

práticas pedagógicas que um pedagogo tem, como também existe o professor de letras libras, que também não tem a mesma prática pedagógica de ensino do pedagogo. Então é importante ter o professor, mas um intérprete também.

Observamos que existem dificuldades de terem intérprete de libras, pois a maioria dos professores alfabetizadores são pedagogos com habilitação em libras, ou licenciados em letras libras, eles têm que possuir um conhecimento grande, para poder passar para os alunos e obter êxito, sem comprometer o aprendizado do aluno. Caso isso não ocorra de forma satisfatória, a intervenção do intérprete também é fundamental conforme relata o professor, pois por mais que o professor pedagogo/licenciado em letras libras, trabalhe da forma satisfatória, a criança nunca vai ter o domínio total da linguística, por isso é importante os dois profissionais nas instituições que atendem esse público.

Para a educação de alunos surdos, precisamos de professores fluentes em Libras, precisamos urgentemente de professores surdos, e precisamos de professores bem formados, preparados para o ensino da gramática e dos usos sociolinguísticos de Libras, bem como para o ensino de Português como segunda língua para surdos. (WILCOX, 2005, p. 11-12)

A pergunta seguinte é referente aos materiais, quais suportes pedagógicos são utilizados no conteúdo das aulas, a esse respeito o educador disse:

Normalmente é muito espaço visual em todo o processo de alfabetização da criança, utilizando muito jogo pedagógico, jogos artesanais e fotos, dependendo do nível e capacidade do aluno, porque cada um tem um nível diferente e precisar ser respeitado.”

É fundamental que se considere uma característica fulcral dos sujeitos surdos para perspectivar o processo de letramento destes: são indivíduos que aprendem o mundo por meio de experiências visuais (QUADROS, 2004). Com o intuito de compreender o processo, transcreve-se o depoimento da surda Witt (2013, p. 55)

O professor reconhece a importância dos recursos no processo de alfabetização dos surdos pela visualidade, via percepção e memória visual, embora a escola não disponha de recursos como computador, internet e projetor, o professor busca de acordo com a temática do plano de aula trazer objetos e fotos mostrando os sinais para o aluno em um processo de repetição contínua até o aluno aprender e não decorar.

A quinta pergunta foi feita para o professor referente ao interesse de trabalhar com educação de surdos, a esse respeito o educador disse:

“Com problema financeiro busquei fazer uma nova colocação no mercado de trabalho, sempre que ia a igreja pedia em oração que Deus me mostrasse um caminho, então conseguir ingressa no curso de Psicomotricidade e me encantei pela a educação inclusiva, depois na minha igreja participei do curso de libras ..”

[...] a inclusão escolar implica mudança paradigmática, ou seja, uma nova concepção de homem, de mundo, de conhecimento, de sociedade, de educação e de escola, pautada na heterogeneidade, na não dualidade, na não fragmentação” (DAMÁZIO E ALVES, 2010, p.39).

O professor ao responder a pergunta fez referência à religião, pois um dia estava na igreja que participa e observou um grupo de surdos conversando e dando risadas, o que chamou sua atenção, pois ele julgava uma limitação, eles estavam presentes sem se preocupar com os julgamentos, isso trouxe o desejo e o amor de participar e trabalhar na educação inclusiva, realizado até hoje, sempre com formação continuada, com o objetivo de sempre estar capacitado para atender seus alunos.

A sexta pergunta foi feita para o professor, correspondia sobre a proposta metodológica utilizada com os alunos dentro de sala de aula, a esse respeito o educador disse:

“Hoje nessa escola específica, como todos na grande maioria já terminaram o ensino médio, eles vieram de escolas regulares, aqui trabalhamos o processo de socialização, então hoje não se detém tanto na parte pedagógica, então fazemos outros trabalhos como, socialização e recolocação no mercado de trabalho.”

Os movimentos surdos clamam por inclusão em outra perspectiva. Nota-se que eles entendem a inclusão como garantia dos direitos de terem acesso à educação de fato, consolidada em princípios pedagógicos que estejam adequados aos surdos. As proposições ultrapassam as questões linguísticas, incluindo aspectos sociais, culturais, políticos e educacionais (QUADROS e STUMPF, 2009, p.156).

Percebe-se que escola busca ações de criar caminhos, além da alfabetização e letramento dos alunos, através do trabalho de socialização proporcionando participação nos projetos educacionais e realizando momentos de lazer e interação para os alunos, assim como a capacitação dos surdos para o mercado de trabalho, durante a entrevista podemos observar aula da turma de surdos no curso auxiliar administrativo dentro dos cursos e projetos ofertados pela Instituição.

4.1 Entrevista com o Coordenador(a)

A primeira pergunta foi feita para a coordenadora sobre a formação e o tempo de atuação na Educação de surdos, a esse respeito o educador disse:

“Sou graduada em Pedagogia, pós-graduada em psicopedagogia e psicomotricidade, fiz o curso de libras. Atuo na área de educação de alunos surdos desde 2005, há 17 anos.”

Ao nos relatar sobre sua formação e tempo de trabalho, a mesma informou que quando entrou no núcleo tinha apenas a graduação de pedagogia, com o tempo sentiu necessidade de se especializar em psicopedagogia para assim entender melhor a mente dos alunos, psicomotricidade para atender e entender a expressão corporal de acordo com cada especialidade e libras para melhorar a conexão e comunicação com os alunos surdos, e isso de fato é muito importante para melhorar a aprendizagem dos alunos e interação dos profissionais.

É papel da escola assumir-se enquanto espaço de intervenção para proporcionar ao Aprendiz condições para que dominem o funcionamento textual com vistas a sua inserção social (CRISTÓVÃO; NASCIMENTO, 2005, p.47).

A pergunta seguinte foi sobre se os projetos pedagógicos são desenvolvidos no núcleo a esse respeito o educador disse:

Sou coordenadora geral, responsável pela coordenação de todos os setores, temos alguns projetos desenvolvidos pelo núcleo e por parcerias, um deles é o Bolsa Atleta que funciona como um projeto de campeonato de futsal pelo estado do Ceará, temos também um projeto realizado pela SECULT (Secretaria da Cultura) onde são desenvolvidos cursos de enfermagem para os alunos, os mesmos se deslocam até o local que se é realizado os cursos, ou seja são oferecidos a todos alunos do núcleo mais não são realizados aqui no núcleo.

É de extrema importância além da aprendizagem da alfabetização e letramento para alunos de Inclusão, o desenvolvimento motor e psicomotor dos mesmos, dessa forma ela falou desses projetos, nos quais se tem recebido excelentes resultados, quanto as expectativas das limitações e diferenças que os alunos têm, fazendo com que eles tenham superação destas na execução dos movimentos físicos. Se “todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, seja como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer” (BAKHTIN, 1990, p.33).

A terceira pergunta foi referente ao ciclo de alfabetização.

Não, mais sempre os profissionais atuantes procuram estar atualizados em informações direcionadas à educação, e que todos possuem cursos de formação profissional realizado pela secretária de educação que se chama Escola de Formação, no intuito de aprimorarem seus conhecimentos formais para que tenham melhor domínio de adaptação com esses alunos na aprendizagem.

Estar sempre atualizado quanto à educação já se faz preciso para que haja uma atuação mais bem contextualizada e com resultados mais objetivo. A formação continuada de profissionais da educação garante que fiquem mais preparados e capacitados para um resultado de qualidade e para melhor atender as dificuldades dos alunos, assim melhorando o convívio e adaptação dos mesmos não só na escola, mas também na sociedade. Para Damazio e Alves (2010, p.39): “A inclusão escolar implica mudança paradigmática, ou seja, uma nova concepção de homem, de mundo, de conhecimento, da sociedade, da escola pautada na heterogeneidade, na não dualidade, na não fragmentação”.

Foi perguntado à coordenadora se ela oferecia formação de libras para os professores a esse respeito o educador disse:

“Sim, existe formação para professores e abrimos também formação para os visitantes, mas devido a alguns contratempos de que o professor já sabendo não queira fazer a formação novamente.”

Segundo Wilcox (2005):

Para a educação de alunos surdos, precisamos de professores fluentes em Libras, precisamos urgentemente de professores surdos, e precisamos de professores bem formados, preparados para o ensino da gramática e dos usos sociolinguísticos de Libras, bem como para o ensino de Português como segunda língua para surdos. (WILCOX, 2005, p. 11-12)

Segundo relato da entrevista, a mesma informa que todos são formados, e isso, é de extrema importância, e de vista somos de acordo com o autor Wilcox, pois quanto mais formação mais conhecimento adquirido, trazendo assim bons resultados, tanto para os alunos quando aos professores.

A quinta pergunta feita para a coordenadora foi sobre o planejamento docente: quais aspectos são indispensáveis no dia a dia escolar, a esse respeito o educador disse:

Aqui trabalhamos muito com projetos, cada setor tem vários projetos, temos um que é sobre TDAH, um outro voltado para a família e uma vez por mês eles tem um encontro todos sendo em grupo, só trabalhamos com grupos. Segundo Freire (2003, p.19)

O que se espera de quem ensina, falando ou escrevendo, em última análise, testemunhando, é que seja rigorosamente coerente, que não se perca na distância enorme entre o que faz e o que diz. [...] Os “olhos” com que “reveja” já não são os “olhos” com que “vi”. Ninguém fala do que passou a não ser na e da perspectiva do que passa.

De acordo com a entrevista e o que o autor traz, verificamos que esses projetos que a escola traz, é muito importante para o desenvolvimento do aluno e em relação ao autor, diz que é interessante sabermos e termos o domínio do estamos falando, pois temos que ser coerentes para que não perca o sentido.

A última pergunta feita a coordenadora foi sobre as avaliações dos alunos surdos, a esse respeito o educador disse:

“As avaliações têm várias etapas, a primeira delas é a juntamente comigo a entrevista com a mãe, o aluno faz uma avaliação com o pedagogo para ver o nível em que o aluno se encontra, a terceira etapa é para saber onde ele pode se enquadrar, qual a sala que ele pode estar passando, isso ocorre a matrícula.”

De acordo com Capovilla

os estudantes surdos aprendem mais e melhor em escolas bilíngues (escolas especiais que ensinam em Libras e Português) do que em escolas monolíngues (escolas comuns que ensinam em Português apenas). [...] competências como decodificação de palavras e reconhecimento de palavras, compreensão de leitura de textos, vocabulário em Libras, dentre outras, foram significativamente superiores em escolas bilíngues do que em escolas comuns (CAPOVILLA, 2011, p.86).

De acordo com a entrevista feita pela diretora a um processo a ser feito antes do aluno adentrar, e isso é bastante importante, como até citou, para saber onde pode colocar o aluno e saber qual o nível em que ele se encontra. Capovilla, autor referência no assunto, informa que é importante que os estudantes surdos consigam aprender melhor em escolas bilíngues, facilitando assim para o aluno o melhor entendimento e aprendizagem.

5 ASPECTOS ÉTICOS

Os sujeitos do estudo assinarão o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde são explicados os objetivos do estudo, os riscos e benefícios, além da participação voluntária e não remunerada e preservação da identidade deles. Além disso, foi solicitado ao

responsável técnico da instituição, onde o estudo aconteceu, a assinatura do Termo de Anuência Institucional, contendo a autorização expressa do mesmo para a realização da pesquisa. Quanto aos riscos deste estudo, consideramos serem mínimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que ao apresentar fatos sobre a realidade de vida dos surdos no ambiente escolar são necessárias abordagens teóricas que cruzam na educação para surdo, facilitando todo processo de aprendizagem, alfabetização, letramento e inclusão dos alunos surdos na escola.

Ao adentrarmos no dia a dia dos profissionais atuantes na área da educação inclusiva, esses informaram sobre as dificuldades em aplicar as práticas pedagógicas e atividades de interação com os mesmos, mais também ressaltaram a importância de formação dos docentes para que fosse possível ter uma melhor comunicação e interação com os alunos surdos e demais necessidades especiais, tendo assim também uma visão mais holística sobre os complexos processos da aquisição da libras (língua brasileira de sinais) tornando o surdo sujeito protagonistas na compreensão de mundo, colaborando para uma melhor comunicação com outros alunos e profissionais e proporcionar habilidades de uso da língua em diversos contextos sociais.

Com a pesquisa procuramos compreender como se solidifica a alfabetização e letramento e outras compreensões sobre os processos de aprendizagem dos alunos surdos, abordando assim fatos essenciais para o pleno desenvolvimento da criança surda, destacando a importância da temática proposta e esclarecendo os desafios e problemas que os alunos enfrentam.

Com isto, foi possível apreender mudanças nas representações da sociedade acerca da surdez e dos métodos de ensino para surdos. As mudanças a serem reconhecidas no sentido de fazer educação para todos, não acontece rápido. A escola ainda enfrenta sérios desafios de ordem estrutural, física, ausência de apoios e parcerias. Constatou-se, no processo de estudo, que a percepção dos professores, coordenadores da escola de uma maneira geral é satisfatória, mas carece de mais formação continuada e teórica.

Para tanto, a formação do professor deve ser prioridade, de modo que o profissional da educação consiga de fato, incluir e desenvolver os discentes. A LIBRAS é um componente de formação docente importante, pois oferece possibilidades ao professor de se

comunicar na linguagem do próprio surdo, podendo sanar as diversas dificuldades citadas pelos professores como, por exemplo, interação professor e aluno, metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem adaptadas.

Vale ressaltar que o princípio da linguagem é a comunicação e que a linguagem falada é apenas uma das modalidades possíveis. A LIBRAS, como modalidade visual-motora de língua atende tanto quanto a fala, o princípio norteador da comunicação: o de permitir as interações sociais, os processos de ensino e aprendizagem e de formação e constituição humana.

Nesse contexto, cabe à escola viabilizar recursos de ensino-aprendizagem que valorizem a memória e o pensamento que se dão pelo aspecto visual, característico desses sujeitos, porque a língua de sinais propicia o desenvolvimento linguístico dos mesmos, facilita, inclusive, o processo de aprendizagem de línguas orais, serve de apoio para a leitura e compreensão de textos escritos e favorece a produção escrita.

Precisamos, além de refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas e sobre os métodos educacionais que delas fazem parte, nos instrumentalizar teoricamente, no sentido de conhecermos os variados estudos e enfoques que têm permeado as discussões sobre a educação de surdos no ensino. E, sobretudo valorizar as experiências que tem como propósito atender as reivindicações das comunidades surdas.

Por fim, esse estudo foi muito importante para a construção da nossa formação, visto que permitiu ampliar os conhecimentos prévios que tínhamos, conhecer distintas percepções e desenvolver novas ideias e práticas pedagógicas para a nossa aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. (V.N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5 ed. São Paulo: Hucitec,1990.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br> > seesp > arquivos>. Acesso em 20 out. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação - **Marcos Políticos Legais da Educação Especial**-Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política de Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º. 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial Deficiência auditiva / organizado por CIRINO, Oscar. **Psicanálise e Psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CRISTÓVÃO, V.; NASCIMENTO, E; **Gêneros textuais e ensino: contribuições do interacionismo sócio-discursivo**. In: KARWOSKY, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO K. **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. União da Vitória: Kaygangue, 2005.

CAPOVILLA, F. C. **Recursos para educação de crianças com necessidades especiais e articulação entre educação especial e inclusiva**. O Mundo da Saúde, v.32, n.2, p.208-214, 2008.

CAPOVILLA, F. C. **Sobre a falácia de tratar as crianças ouvintes como se fossem surdas, e as surdas, como se fossem ouvintes ou deficientes auditivas: pelo reconhecimento do status linguístico especial da população escolar surda**. In: SÁ, N. R. L. Surdos: qual escola? Manaus: Valer, 2011.

DAMÁZIO, M. F. M.; ALVES, C. B. **Atendimento Educacional Especializado do aluno com surdez**. São Paulo: Moderna, 2010.

DAVIS H; SILVERMAN, R. S. **Auditory tests and hearing aids**. New York: Holt Rinehart and Winston; Hearing handicap standards for hearing and medicolegal rules; 1970. p.253-79.

DENZIN. N. K. & Lincoln, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In N. K. Denzin & Y, S. Lincoln (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª Ed. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2010.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2 ed. Atual - Curitiba i.b pex, 2011.

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olho d'água, 2006.

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico - Métodos e Técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição, 2013. Disponível em: [https://aedmoodle.ufpa.br > mod_resource > content](https://aedmoodle.ufpa.br/mod_resource/content).

GESSER, Audrey, 1971. - **LIBRAS que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**/ São Paulo: Parábola editorial. Disponível em: [http://uniesp.edu.br > sites > _biblioteca > revistas](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas)

GESSER, Audrey, 1971. - **O ouvinte e a surdez sobre ensinar e aprender a libras** / São Paulo: Parábola editorial 2012. Disponível em: [http://uniesp.edu.br > sites > _biblioteca > revistas](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas)

GIUSEPPE Rinaldi et al. **Educação Especial: Deficiência Auditiva Volume I** Brasília: SEESP, 1997. Disponível em: [https://www.unijales.edu.br > library > downeook](https://www.unijales.edu.br/library/downeook)

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Editora Autores Associados, Campinas, 1996.
- GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997. Disponível em: <http://petpedagogia.ufba.br/infancia>
<https://www.scielo.br/scielo>.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa, **Intérprete de libras em atuação na educação infantil**. - 8º edição. - Porto Alegre; Mediação 2017.4.livro cadernos da escola deficiência auditiva, Maria Cristina da F. Redondo & Josefina Martins Carvalho, Ano 2001.
- LIBÓRIO, Daisy e TERRA, Lucimara. **Metodologia Científica**. Ed. Laureate International Universities, 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. São Paulo: Moderna, 2010.
- MILCOX, Sherman. **O ensino da língua de sinais americana como segunda língua**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.
- MINAYO, M. C. S. (2012). **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(3), 621-626.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MORINA, A. **Teoria e prática da Educação Inclusiva**. Cisterna, 2004.
- NASCIMENTO, S. P. F. do. **Português como Língua Segunda para Surdos I**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.
- QUADROS, R. M. **A educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUADROS, R. M de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos**. Brasília MEC/SEESP, 2004.
- SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Os ditos e o não dito do discurso: Movimentos de sentido por entre implícitos da linguagem**. Revista Faced, Salvador, n. 14, p.39-53, jul./dez. 2008.
- SKLIAR, Carlos. et al. **Educação & Exclusão: Abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. 5. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**, ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WILCOX, Sherman. **O ensino da língua de sinais americana como segunda língua.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Da educação especial à educação inclusiva?** A proposta de “inclusão escolar”

APÊNDICE

Apêndice 1

Entrevista

Perguntas para o professor:

1. Qual a sua formação e qual o tempo de atuação na educação de surdos?
2. Como é feita a práticas de alfabetização dos alunos e quais as maiores dificuldades?
3. Qual a sua opinião sobre a importância de profissionais intérpretes no ensino regular?
4. Quais os materiais didáticos pedagógico são utilizados nos conteúdos?
5. Como surgiu o interesse trabalhar com educação de surdos?
6. Qual a proposta metodológica utilizada com os alunos em sala de aula?

Perguntas para o Coordenador:

1. Qual a sua formação e qual o tempo de atuação na educação de surdos?
2. Quais projetos pedagógicos são desenvolvidos no núcleo?
3. Existe algum ciclo de alfabetização?
4. Há formação de Libras para os novos professores?
5. Como é realizado o planejamento docente, quais aspectos são indispensáveis no dia a dia escolar?
6. Como são feitas as avaliações dos alunos?